

Zona Próxima

<https://dx.doi.org/10.14482/zp.43.525.457>

**ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN
RESEARCH REPORT**

História ambiental do Brasil em livro didático de geografia: a questão do racismo e da justiça ambiental

Historia ambiental de Brasil en un libro de texto de Geografía: la cuestión de racismo y la justicia ambiental

Brazilian environmental history in a geography coursebook: questions of racism and environmental justice

ULA CRISTINA DE LIMA

Mestra em Relações Étnico-Raciais (Cefet-RJ), Rio de Janeiro (Brasil)

ulavilela@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9482-8500>

ALEXANDRE DE CARVALHO CASTRO

Doutor em Psicologia Social (Uerj). Professor, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e em Engenharia de Produção e Sistemas do Cefet-RJ, Rio de Janeiro (Brasil)

alexandre.castro@cefet-rj.br

<https://orcid.org/0000-0002-8140-3738>

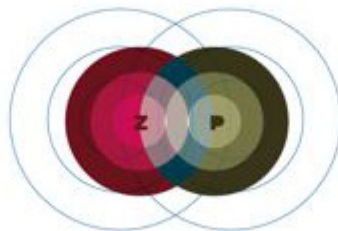
MARIA CRISTINA GIORGI

Doutora em Estudos de Linguagem (UFF). Professora, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e em Filosofia e Ensino do Cefet-RJ, Rio de Janeiro (Brasil)

maria.giorgi@cefet-rj.br

<https://orcid.org/0000-0001-5347-6115>





Zona Próxima

FABIO SAMPAIO DE ALMEIDA

Doutor em Linguística Aplicada (UFRJ). Professor, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e em Filosofia e Ensino do Cefet-RJ, Rio de Janeiro (Brasil)

fabio.almeida@cefet-rj.br

<https://orcid.org/0000-0002-1710-352X>

PATRÍCIO PEREIRA ALVES DE SOUSA

Doutor em Geografia (UFRJ). Professor, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e em Perspectivas Contemporâneas em Ensino do Cefet-RJ, Rio de Janeiro (Brasil)

patricio.sousa@cefet-rj.br

<https://orcid.org/0000-0003-4347-7557>

RESUMO

Neste artigo, propomos uma discussão, de base interdisciplinar, que articula a história ambiental com o ensino de Geografia no Brasil a partir da análise de enunciados de um livro didático desta disciplina. Para alcançarmos os objetivos propostos, o percurso metodológico adotado na pesquisa, baseado na perspectiva discursiva bakhtiniana, considerou a leitura extensiva da obra e a seleção de enunciados que atendessem ao tema da história ambiental, permitindo uma análise discursiva dos trechos selecionados mediante a identificação de relações dialógicas mantidas com os desenvolvimentos sócio-históricos da história ambiental do Brasil. Desse modo, refletimos no artigo sobre o Racismo Ambiental produzido na relação entre natureza e sociedade nas práticas de dois modelos de agricultura: o do agronegócio e o desenvolvido por comunidades quilombolas e indígenas. A análise dos enunciados possibilitou identificar um alinhamento do livro didático ao discurso hegemônico, produzindo assim um apagamento das formas de resistência no que se refere a uma história ambiental brasileira.

Palavras-chave: História ambiental, racismo ambiental, livro didático, geografia humana, análise discursiva bakhtiniana.

RESUMEN

En este artículo proponemos una discusión interdisciplinaria que articula la historia ambiental con la enseñanza de la geografía en Brasil, a partir del análisis de enunciados de un libro de texto sobre este tema. Para alcanzar los objetivos propuestos, el camino metodológico adoptado en la investigación, basado en la perspectiva discursiva bajtiniana, consideró la lectura extensiva de la obra y la selección de enunciados que respondieran a la temática de la historia ambiental, permitiendo un análisis discursivo de los extractos seleccionados a través de la identificación de los diálogos de relaciones mantenidas con los desarrollos sociohistóricos de la historia ambiental de Brasil. De esta manera, reflexionamos en el artículo sobre Racismo Ambiental producido en la relación entre naturaleza y sociedad en las prácticas de dos modelos agrícolas: el del agronegocio y el desarrollado por quilombolas y comunidades indígenas. El análisis de las declaraciones permitió identificar una alineación del libro de texto con el discurso hegemónico, produciendo así un borramiento de formas de resistencia frente a la historia ambiental brasileña.

Palabras clave: Historia ambiental, racismo ambiental, libro de texto, geografía humana, análisis discursivo bajtiniano.

Como citar este artículo:

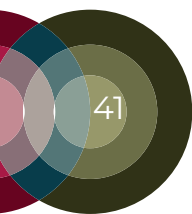
De Lima, U. C., De Carvalho Castro, A., Giorgi, M. C., Sampaio de Almeida, F. y De Sousa, P. P. A. História ambiental do Brasil em livro didático de geografia: a questão do racismo e da justiça ambiental. *Zona Próxima*, 43, 37-61.

Recibido: 30 de noviembre de 2023
Aprobado: 18 de marzo de 2025

..... A B S T R A C T

In this paper, we advance an interdisciplinary discussion that articulates environmental history with the teaching of geography in Brazil by analyzing a series of language uses from a school coursebook. To achieve the proposed objectives, the methodological approach adopted in the research, based on the Bakhtinian discursive perspective, considered the extensive reading of the coursebook and the selection of statements that addressed the theme of environmental history, allowing a discursive analysis of selected excerpts through the identification of the dialogic relationships maintained with the socio-historical developments of the ambiental history of Brazil. In this way, we reflect in this paper the forms of environmental racism produced in the interaction between nature and society through two agricultural models: agribusiness and the one developed by quilombola and indigenous communities. The analysis underscores ways that the coursebook aligns itself with the hegemonic discourses, thereby erasing a set of forms of resistance concerning a Brazilian environmental history.

Keywords: Environmental history, environmental racism, coursebook, human geography, bakhtinian discourse analysis.



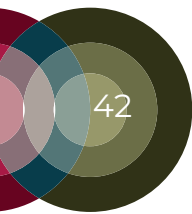
INTRODUÇÃO

Pensar o ambiente como agente histórico é um desafio numa sociedade racionalizada e tecnológica fundamentada no paradigma de dominação da natureza e na sua assimilação apenas como recurso a ser explorado. No entanto, perceber de que forma esse mesmo ambiente atuou e atua nos processos e dinâmicas das sociedades pode ser um caminho para se discutir e propor alternativas para combater os problemas socioambientais de uma sociedade global altamente industrializada e capitalizada. Dessa forma, compreender as interações entre os sistemas naturais e as sociedades que neles se reproduzem se torna crucial quando há interesse na manutenção da humanidade e na preservação do meio ambiente (Arruda, 1999).

A natureza por muito tempo marcou – e vem ainda marcando – as práticas, ritmos e movimentos humanos. Com o advento de uma tecnologia cada vez mais diversificada, esse panorama começa, porém, a se inverter, resultando em uma série de experimentos tecnológicos que têm como pressuposto o uso irrestrito e a dominação dessa natureza. As práticas modernas de uso da natureza resultam em um intenso processo de modificação do ambiente, como também numa série de problemas de ordem social. Conseqüentemente, ao mesmo tempo em que o ser humano desenvolve cada vez mais possibilidades de intervenção nos sistemas naturais, estes mesmos sistemas, quando impactados, são transformados no que Milton Santos (2008) denomina “segunda natureza”, que nesse processo de transformação podem gerar conseqüências tanto em escala micro quanto macro. Além de gerar respostas do meio ambiente aos impactos provocados pelas sociedades, essa segunda natureza interfere na própria dinâmica social dos espaços afetados, motivo pelo qual tanto a natureza quanto os grupos humanos são constantemente acometidos nessa interação entre sociedade e natureza. Deve-se pontuar, contudo, que a dependência da humanidade dos sistemas naturais é significativamente maior do que a imprescindibilidade da natureza em relação aos seres humanos. Ou seja, sem condições ambientais específicas não haveria vida humana.

Nesse cenário, é importante ressaltar a importância e a vulnerabilidade de diferentes sociedades que tradicional e culturalmente estabelecem uma relação com o meio ambiente que em nada se assemelha às práticas das sociedades industrializadas. Trata-se de grupos humanos que não se concebem como externos à natureza e tampouco pretendem dominá-la, ao mesmo tempo em que se entendem como extensão dessa natureza e que buscam práticas sustentáveis de adaptação (Little, 2003). No que se refere especificamente ao Brasil, temos as sociedades quilombolas¹, constituídas por descendentes

¹ Em função do uso do termo “quilombo” em documentos coloniais do século XVIII, certa tradição historiográfica tendeu a atribuir aos quilombos um sentido estrito que apontava espaços de resistência e de isolamento de “escravos fugidos”, configuração datada, portanto, do período em que vigorou a escravidão no Brasil. Estudos mais recentes, além dessa conotação



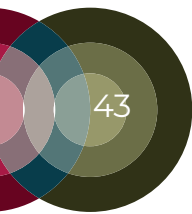
de povos africanos, e indígenas que historicamente resistem a fim de manter – ou reaver – o que sobrou de suas terras, tendo em vista a herança do passado colonial brasileiro e sua reconfiguração na atualidade retratada pelo alto índice de concentração de terra, pelo agronegócio e pela especulação imobiliária que pressionam essas comunidades de diferentes formas para que as mesmas percam seus direitos sobre seus espaços de reprodução. Esses grupos, ainda que heterogêneos entre si e com formas específicas de relacionamento com seus ambientes, de maneira semelhante a outros povos em todo o globo, concebem os sistemas naturais como algo sagrado e fundamental à existência humana, tanto para a subsistência quanto para a perpetuação de seus saberes, culturas e ritos.

Na perspectiva dos povos negros trazidos de diversas porções do continente africano e escravizados no Brasil, no que diz respeito à relação entre o ser humano e a natureza, o indivíduo não está dissociado das condições genealógicas e de seus pressupostos míticos, místicos, mágicos ou religiosos da terra. Há uma integração do ser na natureza, numa relação que significa, simultaneamente, o apego e a interdependência (Domingos, 2011).

No que se refere aos povos indígenas originários e suas relações com a natureza, deve-se considerar que os usos que as diversas etnias faziam, e fazem, do seu território diferem das concepções coloniais dos portugueses e de outros imigrantes europeus que aqui se estabeleceram. As representações dos indígenas se mostravam qualitativamente distintas, o que inclui desde as práticas de subsistência (como coleta, caça e agricultura) até atividades rituais e míticas (como o estabelecimento de cemitérios e sítios sagrados). Em uma análise do que é história ambiental no Brasil, portanto, as representações sobre o território devem ser investigadas em todas as dimensões, considerando não só o domínio do sagrado (onde entram os poderes personalizados da natureza), mas também as concepções sobre poder político, racionalidades econômicas e a presença colonial do homem branco (Oliveira e Almeida, 1998).

A História Ambiental, vale ressaltar, é um campo de pesquisa relativamente novo, oriundo da preocupação de historiadores em entender os processos humanos e sociais, considerando o papel dos sistemas naturais e suas influências na dinâmica das sociedades. Volta-se para o entendimento sobre o papel da natureza na existência humana, buscando compreender como grupos humanos — no decorrer da história — foram afetados pela natureza.

de negação do sistema escravista, atribuem ao termo uma noção mais ampliada, que atualiza o conceito de “quilombo” vinculando-o à identidade étnica, para que seja assegurado aos grupos remanescentes negros o direito constitucional de propriedade sobre suas terras. Ver, por exemplo, Alessandra Schimitt et al. (2002).



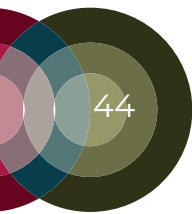
Esse referido campo de estudo começou, então, a se desenvolver num contexto em que os debates acerca das questões ambientais no mundo se tornavam mais intensos e quando grupos de historiadores começavam a perceber a necessidade de expandir os horizontes da própria disciplina de História no que se refere às narrativas sobre a história do mundo. Nesse sentido, começaram a questionar o específico interesse voltado para a questão do Estado Nacional e a respectiva “política do passado”, uma vez que começavam a perceber outros importantes agentes atuantes na História (Worster, 1991).

Conforme se observa no horizonte de estudos sobre História Ambiental, a temática tem se tornado interdisciplinar e há três grandes temas que conduzem as pesquisas nessa área: (1) aquele que se refere à natureza em si; (2) aquele que se refere aos aspectos socioeconômicos; e, por último, (3) aquele que se aproxima dos aspectos culturais, das relações de valores espirituais, míticos e éticos que indivíduos e grupos sociais estabelecem com a natureza. O ponto de ressalva é que esses grandes temas, neste artigo, não são tratados de forma separada, pois há o entendimento de que eles se imbricam e dialogam entre si.

Desse modo, podemos compreender as disputas que, na experiência social brasileira, perpassam a história ambiental. A cosmovisão de mundo desses grupos – indígenas, negros escravizados e primeiros colonizadores – se distancia dos principais aspectos da compreensão de mundo da sociedade capitalista moderno-ocidental no que concerne à relação com a natureza. Nesse sentido, ao analisar o processo de formação e transformação do território brasileiro, a partir da invasão portuguesa de 1500, nos damos conta de como as características da biodiversidade brasileira foram importantes para a implementação do projeto colonial, por um lado, e para o destino dos demais grupos étnicos originários por outro. Essa referência à invasão de Portugal é importante porque pretendemos focar a história ambiental a partir das contingências implicadas na colonização portuguesa. Além disso, identificamos diferentes formas de resistência dos negros africanos e de seus descendentes a fim de garantirem sua existência não apenas como corpos escravizados. Assim, os grupos minoritários se reterritorializavam conectados aos sistemas naturais, concebendo-os como possibilidade de manutenção de suas existências de forma plena.

Com base na discussão proposta até aqui, este artigo – afastado de ideias que pensam o ensino básico fragmentado, desarticulado, disciplinar e a serviço da formação de elites –, ao mesmo tempo em que aposta na produção de um pensamento crítico como modo de resistência e enfrentamento, oferece uma discussão, de base interdisciplinar, que articula a história ambiental ao ensino de Geografia no Brasil², além de trazer um exemplo da referida discussão materializada em um livro didático

² Vale destacar que a abordagem sobre a História Ambiental no Ensino de Geografia, aqui desenvolvida, é marcada por viés crítico. Nesse sentido, esta pesquisa se alinha à forte tendência que, atualmente no Brasil, procura examinar a articu-



desta disciplina, dentre aqueles aprovados e distribuídos pelo Estado brasileiro nas escolas públicas de todo o país.

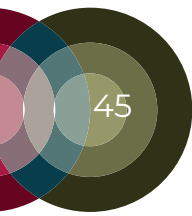
Para alcançar os objetivos propostos, nosso artigo segue o percurso metodológico que ora descrevemos. No próximo item, apresentamos e desenvolvemos o conceito de racismo ambiental, contextualizamos a atividade agrícola brasileira na atualidade de forma relacionada ao referido racismo, bem como destacamos a relevância do livro didático de Geografia como objeto de análise empírica para a compreensão das discussões sobre história ambiental. No item seguinte, explicitamos as escolhas teórico-metodológicas da pesquisa, apresentando os recortes do/no livro didático de Geografia e situando a proposta de uma análise discursiva bakhtiniana. Já na terceira seção, desenvolvemos as análises dos enunciados e discutimos os sentidos construídos nos textos do livro didático.

RACISMO AMBIENTAL E A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL DO BRASIL

Com a abolição oficial da escravidão, em 1888, e a emergência do sistema republicano, em 1889, foram travados outros tipos de luta envolvendo a questão racial no país, agora por dentro do sistema político, já que os grupos negros e indígenas, finalmente, receberam o *status* de “cidadãos” brasileiros, ainda que, ao mesmo tempo, o Brasil mantivesse a política econômica agroexportadora com base na monocultura e no latifúndio. Nesse sentido, ao longo dos séculos XX e XXI, as lutas pela reforma agrária, pela demarcação de terras indígenas e pelo reconhecimento dos territórios das comunidades negras quilombolas retrataram a incessante luta desses grupos pela possibilidade de reproduzirem sua cultura e conviverem em equilíbrio com os sistemas naturais. Consequentemente, a realidade vivida por povos negros e indígenas é um dado relevante para a história ambiental, uma vez que tanto demonstra como os sistemas naturais são decisivos para a existência plena desses grupos, quanto evidencia as estratégias arquitetadas pelos referidos grupos no intuito de se restabelecerem em ambientes propícios ou (re)existirem em sistemas naturais fortemente impactados.

De todo modo, o que se percebe é que os sistemas naturais são disputados no quadro de uma lógica capitalista global que ratifica injustiças ambientais históricas e evidencia o que conhecemos como racismo ambiental, conforme veremos adiante. Há, também, nos espaços urbanos das grandes cidades, um movimento similar, no qual as disputas por terra nesse cenário podem ser traduzidas pelo processo de favelização e pelo movimento de luta por moradia em conflito com a especulação

lação entre o ensino nas escolas e o racismo e oferecer reflexões para sua superação. Ver, por exemplo, Carvalho e Castro (2017) e Giorgi et. al. (2018).

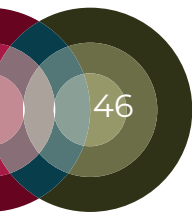


imobiliária. Quadro que se agrava com a falta de infraestruturas mínimas como saneamento básico, água encanada e potável, e, ainda, uma forte tendência em destinar às regiões mais pobres, sejam em lixões ou aterros sanitários, diversos tipos de rejeitos (industriais e domésticos) que se tornam prejudiciais à saúde.

Foi com base nesse tipo de prática irresponsável e criminosa que se desenvolveu o conceito de racismo ambiental nos EUA, tendo sido o termo usado pela primeira vez por Benjamim Chavis, ativista do Movimento Negro norte americano e pastor protestante que, junto a outros ativistas negros, delataram, no início da década de 1980, o despejo de rejeitos tóxicos no condado de Warren, Carolina do Norte, cuja população em sua maioria era negra e pobre. Foi nessa conjuntura que a questão da vulnerabilidade das populações negras em relação ao meio ambiente, ou, ainda, que o racismo ambiental começou a ser analisado e denunciado. Sobretudo porque, a partir da comissão da justiça racial da *United Church of Christ*, cuja liderança era exercida pelo próprio reverendo Benjamin Chavis, a população predominantemente negra e pobre se mobilizou em 1982 numa campanha de desobediência civil não-violenta com a finalidade de denunciar os problemas ambientais e a vulnerabilidade da população causada pelo aterro em questão (United Church of Christ Commission for Racial Justice, 1987).

Vale ainda lembrar que embora tenha sido inicialmente concebido em função da discriminação racial na formulação de políticas ambientais para eliminação de resíduos tóxicos – destinados preferencialmente às comunidades formadas por minorias raciais (United Church of Christ Commission for Racial Justice, 1987), o conceito de racismo ambiental tem sido ampliado para uma concepção mais geral de justiça ambiental, visando a dar conta de outros grupos não racializados que também se encontram privados de usufruírem de um ambiente ecologicamente salutar (Acselrad, 2004). Há diferentes estudos sobre racismo e justiça ambiental em várias nações (Bullard, 1993), inclusive na América do Sul. No caso da Colômbia, por exemplo, destaca-se o trabalho *El concepto de Justicia Ambiental: Reflexiones en torno a la jurisprudencia constitucional colombiana del siglo XXI* (Bellmont, 2012), que elabora um diagnóstico preliminar sobre a justiça ambiental colombiana, a partir de uma série de sentenças proferidas pelo órgão máximo da jurisdição constitucional, a fim de verificar de que forma a justiça colombiana vem interpretando as sentenças que envolvem injustiças ambientais.

No que se refere ao Brasil, foco deste artigo, mesmo autores que optam pelo termo justiça ambiental reconhecem também como aplicável ao contexto brasileiro a terminologia do racismo ambiental (Silva, 2012). Assim sendo, sem que haja qualquer restrição à noção de justiça ambiental, optou-se pelo uso do termo “racismo” com o propósito de indicar o quanto a discriminação racial – dado estruturante da sociedade brasileira (Munanga, 2009) – tende a ser invisibilizada nos diversos âmbitos sociais. Assim, o racismo ambiental é compreendido por meio da exclusão das populações negras



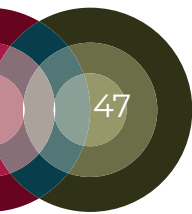
e indígenas dos espaços de decisão e regulamentação dos usos da natureza, dado que tal conceito está relacionado às diferentes práticas de ocupação territorial que colocam em vulnerabilidade estes grupos marginalizados. Desse modo, o uso irrestrito da natureza como recurso e como estrutura a ser dominada para atender às demandas do capitalismo e da sociedade de consumo afeta direta e historicamente esses grupos minoritários, seja no campo ou nas grandes cidades³.

Com base no exposto até aqui, passamos a uma contextualização geral da atividade agrícola brasileira na atualidade no intuito de entender de que forma os usos da natureza pelo agronegócio, propagandeado como o carro-chefe da economia brasileira, reforçam o racismo ambiental e outras injustiças ambientais no Brasil. A escolha do recorte de pesquisa se deu por dois motivos. O primeiro devido ao fato de a atividade agrícola no Brasil estar, em escala ainda maior que a maioria dos demais países, largamente associada às transformações da natureza nesse espaço geográfico na contemporaneidade. O segundo decorre do fato de a produção agrícola de grãos, e em especial a da soja, ser difundida como um importante pilar da economia brasileira e as monoculturas representarem, historicamente, um elemento de exclusão, desumanização e extermínio das populações negras e indígenas, devendo assim a atividade agrícola ser considerada um dos vetores principais da prática de racismo ambiental no país (Herculano, 2008; Pacheco, 2007).

Por longos séculos o Brasil teve as monoculturas de exportação e o trabalho escravo como base da economia. Hoje em dia, o agronegócio segue se fortalecendo no cenário brasileiro por conta do advento dos agrotóxicos e sementes transgênicas por um lado; e, por outro, por uma configuração política que ostenta massiva presença de latifundiários formando, inclusive, uma bancada ruralista com bastante influência no Poder Legislativo (Oliveira, 2007; Costa, 2012; Ribeiro, 2016).

Todo esse quadro contextual introdutório, enfim, aponta para a relevância do estudo e sua contribuição para o campo de pesquisa, pois a utilização de livros didáticos de Geografia como objeto de análise empírica permite compreender como se materializa a dimensão social das discussões sobre história ambiental nos espaços escolares brasileiros, discussões essas que podem servir tanto para fortalecer as práticas de latifundiários ou para estimular o pensamento crítico acerca da relação entre sociedade e natureza.

³ O projeto “Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil” desenvolve uma série de estudos sobre injustiças ambientais com ênfase no racismo ambiental principalmente em relação aos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e também comunidades urbanas. O propósito geral de tal iniciativa é sistematizar, identificar e publicizar os conflitos ambientais resultantes das lutas contra injustiça e racismo ambiental no Brasil nos territórios em que foram desenvolvidas ou se desenvolverão projetos econômicos ou de governos que direta ou indiretamente tornem vulneráveis as referidas populações. Ver também Porto, Pacheco e Leroy (2013).

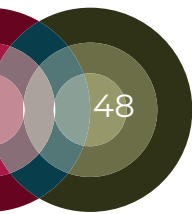


Ao contrário do que ocorreu durante a colonização de outros países da América Latina, onde ouro e prata se tornaram, já no século XVI, os principais focos da exploração espanhola, os portugueses não acharam inicialmente metais preciosos no Brasil, razão pela qual a monocultura do açúcar foi implantada em larga escala no nordeste do país (Galeano, 2004), fato que justifica o entendimento da questão agrícola brasileira como um elemento chave para se pensar a história ambiental do Brasil.

As sociedades indígenas territorializadas no país desenvolviam sistemas agrícolas de subsistência, mas a colonização portuguesa aniquilou ao máximo as possibilidades desses usos por esses grupos, tendo em vista que a colônia foi concebida pelos portugueses como território de exploração. Ainda que neste artigo não tenhamos a pretensão de aprofundar a discussão sobre a história da colonização portuguesa no Brasil, cabe apontar alguns aspectos socioambientais importantes para este estudo, sobretudo, porque a cultura da exploração dos recursos naturais imposta com a invasão portuguesa no século XVI se reflete até hoje nas atividades econômicas brasileiras e nas políticas agrárias do país.

A compreensão de que o uso colonial do território brasileiro modificou sistemas socioambientais que aqui eram desenvolvidos por outros grupos étnicos é fundamental para que possamos iluminar os fatores envolvidos na transformação desse espaço geográfico e na manutenção de muitos aspectos da política colonial no cenário brasileiro atual. Se, no passado, a atividade econômica brasileira/portuguesa se baseava na agricultura – cana-de-açúcar e, depois, café – a partir da monocultura intensiva de exportação e mão de obra escravizada, atualmente o cenário não é muito diferente. Ainda que a escravidão no Brasil tenha sido oficialmente abolida no século XIX, o país permanece ocupando uma posição de destaque na divisão internacional do trabalho como grande exportador de insumos agrícolas. Sendo assim, a lógica da exploração intensiva dos sistemas naturais de tempos coloniais continua existindo, só que de forma cada vez mais acelerada e tecnologicamente sofisticada, uma vez que o século XXI é marcado por sistemas cada vez mais complexos de exploração da natureza (Santos, 2008).

Em suma, a relação que os portugueses estabeleceram com a natureza foi de dominação, herança colonial que segue se consolidando no Brasil. Do mesmo modo, o interesse das classes dominantes brasileiras, marcadas historicamente pela exploração de latifúndios e apoiadas pela hegemonia do sistema capitalista, visa à concentração de terras e ao agronegócio (Porto-Gonçalves e Alentejano, 2010). Do outro lado do espectro social, entretanto, descendentes de povos indígenas originários e das comunidades quilombolas de negros escravizados tendem a resistir mantendo suas tradições, ritos e culturas, o que envolve luta pela posse da terra, territorializações, reterritorializações e, conseqüentemente, a preservação ambiental dos espaços ocupados. Existe, portanto, uma tensão na história ambiental do Brasil entre a classe dominante que reproduz a herança do passado colonial e, no outro lado, os grupos minoritários de negros e indígenas – nesse sentido também objetos do



racismo ambiental – que tentam resistir a fim de manterem outra relação com os sistemas naturais e o meio ambiente.

Com base nessa reflexão inicial, torna-se necessário investigar como essas questões ambientais e sociais, especialmente o racismo ambiental, são representadas em materiais educativos, como os livros didáticos de Geografia. Para tanto, a análise discursiva de um desses livros permitirá identificar quais discursos são privilegiados e quais formas de resistência são apagadas ou invisibilizadas. A seguir, apresentamos a metodologia adotada para esta investigação, detalhando as etapas de seleção e análise dos enunciados contidos na obra didática conforme a perspectiva bakhtiniana escolhida.

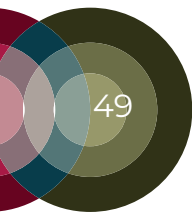
METODOLOGIA

A compreensão do modo como a história ambiental brasileira é abordada no livro didático de Geografia será feita, então, a partir dessas considerações sobre a exclusão das populações negras e indígenas nos espaços de regulamentação da ocupação territorial no Brasil, por conta dos referidos embates históricos, que consolidaram, desde a época da colonização portuguesa, práticas agrícolas de monocultura intensiva de exportação.

No intuito de verificar de que forma a obra didática analisada aborda a questão indígena e quilombola, comunidades que sofrem consequências diretas, e muitas vezes trágicas, das atividades proporcionadas pelo agronegócio, consideradas as limitações de espaço neste artigo, selecionamos trechos significativos de uma obra considerada relevante no contexto das editoras brasileiras. Nosso foco foram os enunciados sobre o uso da natureza pelo agronegócio, especificamente no que se refere ao contexto do aumento da produção de cana e de soja no Brasil nos últimos anos.

A obra *Geografia no Brasil* faz parte de uma coleção intitulada “Para Viver Juntos – Geografia”, sendo indicada para alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, cujas idades variam, geralmente, em torno de 12 e 13 anos (Sampaio e Medeiros, 2015). O referido livro didático foi um dos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, programa que atende a uma política pública que visa avaliar e disponibilizar obras didáticas para escolas públicas de todas as cidades e regiões de forma sistemática, regular e gratuita. Apenas no ano de 2017, a referida coleção teve cerca de 1 milhão de exemplares distribuídos para estudantes das escolas públicas em todo o país, sendo distribuídos 240 mil exemplares do 7º ano⁴.

⁴ MEC/FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>.



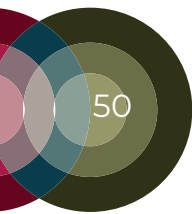
Cabe recordar que a promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08 – que obrigam a inclusão do ensino da história e cultura dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros nos currículos oficiais da rede de ensino brasileira, pública e privada – fomenta o ensino de temas afro-brasileiros e indígenas principalmente nas áreas de História, Educação Artística e Literatura. Como consequência dessas políticas de ações afirmativas, o PNLD (originalmente instituído em 1985 a partir do decreto 91542/85) passa a considerar a temática étnico-racial na avaliação dos livros, o que pressuporia a reprovação de livros em que fossem identificados casos de racismo e/ou de desvalorização da cultura dos povos negros e indígenas materializados de diferentes formas, bem como a aprovação e posterior distribuição nas escolas das obras que valorizassem a temática.

Mesmo com todas as críticas que possam ser feitas ao processo de seleção do PNLD, que não garantiria automaticamente a “excelência” das obras aprovadas, acreditamos que, paulatinamente, as editoras especializadas na produção de material didático começaram a considerar a questão racial visando à aprovação de suas obras. Portanto, o critério metodológico que baseia a seleção de “Para Viver Juntos – Geografia” se fundamenta, ademais do alcance territorial e quantitativo da obra, na chancela institucional dada por políticas públicas formais de educação orientadas para o combate ao racismo.

O percurso metodológico considerou a leitura extensiva da obra e a seleção de enunciados que atendessem ao tema da história ambiental. Após leitura da obra, o capítulo selecionado para uma análise mais detalhada foi o capítulo 4, intitulado “Brasil Rural”, devido à presença de questões agrárias brasileiras, com destaque para três grandes campos: (1) Evolução da agricultura no Brasil; (2) As grandes propriedades rurais; e (3) A modernização da agricultura. Os enunciados relativos a esses tópicos foram transcritos respectivamente nos quadros com os excertos 1, 2 e 3 apresentados a seguir.

O referencial teórico subjacente à análise dos enunciados, em sua relação com as práticas sociais, segue a perspectiva discursiva bakhtiniana, o que significa dizer que o procedimento desenvolvido, pautado nas contribuições do teórico russo Mikhail Bakhtin, consistiu na análise discursiva dos trechos selecionados do referido livro didático mediante a identificação de relações dialógicas mantidas com os desenvolvimentos sócio-históricos da história ambiental do Brasil. Fundamental ressaltar que os enunciados do livro “Para Viver Juntos – Geografia” se inserem em um gênero do discurso secundário – o livro didático – que incorpora, por sua vez, enunciados originados em outros contextos e oriundos de outros grupos sociais (Bakhtin, 1997).

Os enunciados do livro didático de Geografia, tomados no entrecruzamento entre a língua e a vida social, são construídos em função de signos linguísticos que, por sua vez, decorrem do consenso dialógico entre indivíduos organizados socialmente no contexto de um grupo que interage entre si (Castro, Portugal e Jacó-Vilela, 2011). Daí a constatação de que, no ensino de Geografia, os signos,



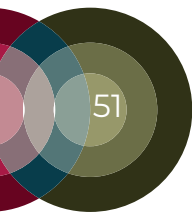
temas e palavras usados são contingenciados pela organização social de grupos e disputas que marcam e marcam as tensões da história ambiental do Brasil. Entendemos que é no plano discursivo, em grande medida, que a história se constrói, dando materialidade a discussões e compreensões do que constituem as práticas sociais em uma dada área ou esfera de atividade humana. Ao selecionar e analisar os enunciados do livro didático, identificando os diálogos que se estabelecem ou se interdita, torna-se possível discutir as relações entre a história ambiental do Brasil, o ensino de Geografia e o Racismo Ambiental.

Tendo delineado o percurso metodológico baseado na análise discursiva bakhtiniana, partimos agora para a aplicação prática dessa abordagem no material selecionado. A análise dos excertos do livro didático possibilitará problematizar como as interações entre natureza, sociedade e racismo ambiental são representadas, omitidas ou legitimadas no contexto educacional. A seguir, discutimos os resultados dessa análise, ressaltando as implicações das escolhas discursivas para o ensino de Geografia no Brasil.

ANÁLISE

No contexto da discussão teórica definida nesta pesquisa, a seção do livro que tinha por título “Brasil Rural” era a que representava o conteúdo didático que mais interessava à história ambiental no Brasil, dado que, conforme já mencionado, os sistemas naturais tiveram influência direta na ocupação e exploração do território brasileiro, transformando o meio natural e modificando toda a dinâmica de vida dos grupos aqui territorializados. Além disso, com a mecanização da agricultura e o pacote tecnológico implementado com a chamada “Revolução Verde” nos anos 1960 e 1970, houve uma intensificação do uso do solo enquanto espaço produtivo, cuja finalidade era aumentar a produção de determinadas monoculturas para fins de exportação (Porto-Gonçalves e Alentejano, 2010), fato que vem intensificando a concentração fundiária no Brasil e os conflitos no campo, bem como causando danos ambientais que interferem diretamente nos modos de vida de grupos quilombolas e indígenas. Ou seja, a discussão agrária brasileira apresentada nesse capítulo da obra em análise deveria – para atender aos objetivos de uma educação crítica, reflexiva e sintonizada a uma legislação que busca a superação do racismo – estar diretamente relacionada com os elementos que envolvem a história ambiental a saber: a relação e interação entre os sistemas naturais e os sistemas sociais; elementos, enfim, que serviriam de balizamento para considerações pertinentes acerca do racismo ambiental.

Em consonância com as lacunas que já apontamos no processo do PNLD, após uma leitura completa da obra referenciada nos instrumentos da Análise do Discurso, destacamos inicialmente que em seu conteúdo é possível identificar: (1) a ausência de discussões sobre a influência que os sistemas



Ula Cristina de Lima, Alexandre de Carvalho Castro, Maria Cristina Giorgi, Fabio Sampaio de Almeida, Patrício Pereira Alves de Sousa

naturais tiveram e ainda têm na dinâmica e desenvolvimento histórico da sociedade brasileira; (2) a ausência de debate acerca da relação que grupos quilombolas e indígenas estabelecem com a natureza e como a chamada “modernização agrícola” impactou diretamente tais grupos; (3) a superficialidade do debate acerca das questões que envolvem os conflitos de terra no Brasil, ou seja, acerca de como o meio ambiente representa uma disputa entre diferentes grupos; (4) a naturalização do ponto de vista do agronegócio sobre o uso dos sistemas naturais de forma intensiva.

Passando à análise discursiva dos enunciados, apresentamos a seguir o primeiro excerto selecionado do referido capítulo. O fragmento foi transcrito conforme se encontra no livro didático.

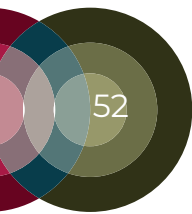
Excerto 1. Para viver juntos: p. 98

Evolução da agricultura no Brasil

No Brasil, desde o início da colonização, a agricultura é uma atividade econômica fundamental. No período colonial, a produção agrícola era efetuada nas grandes propriedades monocultoras da costa nordestina, com a utilização da mão de obra escrava, e destinava-se ao mercado externo. Naquele período, a **cana-de-açúcar** era o principal produto agrícola exportado. Nos séculos seguintes o **algodão**, cultivado nas terras do atual Nordeste, e o **café**, no atual Sudeste, promoveram a dinamização da atividade e a ampliação das áreas de cultivo. A partir do final do século XIX, a produção do café, cultivado nas grandes fazendas do Vale do Paraíba (entre o Rio de Janeiro e São Paulo), com o emprego de trabalhadores escravizados, e no interior paulista, com a utilização de trabalhadores livres imigrantes, provocou a dinamização econômica da região. Os imigrantes europeus também se estabeleceram no Sul do país, com pequenas propriedades policultoras, caracterizadas pela cultura de diversos produtos destinados à subsistência e ao abastecimento do mercado interno. No início do século XX, surgiram grandes lavouras comerciais voltadas para o mercado interno, como a do arroz, no Rio Grande do Sul. Ao longo desse século, houve ampliação das grandes propriedades destinadas à exportação de produtos agrícolas, como a soja, a laranja e a cana-de-açúcar, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. As pequenas propriedades policultoras espalhadas pelo Brasil, por sua vez, são muito importantes para o abastecimento alimentar das populações rural e urbana do país.

Fonte: Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros, “Para viver juntos: Geografia, 7º ano: anos finais: Ensino fundamental”, 4ª edição (São Paulo: Edições SM, 2015) (Grifos nossos).

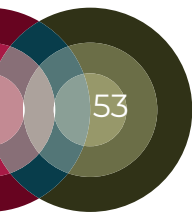
O excerto 1 mostra o trecho do livro sobre a evolução da agricultura no Brasil. Nos enunciados que abordam esse tema, mesmo que de forma resumida, não aparece nenhuma menção às características da biodiversidade brasileira que possibilitaram, por exemplo, o cultivo da cana em determinada região e do café em outra, assim como não há menção aos sistemas socioambientais que já estavam territorializados antes da chegada dos portugueses, como a presença dos indígenas nessas regiões,



configurando um apagamento discursivo desses elementos que constituem a história ambiental do Brasil. O debate da “evolução da agricultura no Brasil”, ao ignorar os sistemas agrícolas anteriores, negligenciou importantes aspectos dessa história ambiental, omitindo sistemas socioambientais anteriores à colonização e, conseqüentemente, não discutindo a origem dos conflitos de terra no Brasil que tem como elemento de disputa os sistemas naturais. A própria ideia de uma “evolução” indica um suposto progresso em relação ao que era primitivo – em direção a uma hipotética melhora posterior. Vale lembrar que, nesse contexto, as práticas dos indígenas originários sequer são consideradas agricultura.

O texto também não estabelece um posicionamento crítico ao citar a produção de café por negros escravizados (“mão de obra escrava”). Da mesma forma, o texto não aborda qualquer informação sobre os conhecimentos e técnicas africanas de cultivo que fizeram parte do processo de reterritorialização destes povos nas Américas e no Brasil, negligenciando e silenciando as reflexões sobre como africanos e afrodescendentes participaram da produção da história ambiental do continente. O uso do conhecimento dos povos negros, para além do processo de utilização da mão de obra empregada na realização de trabalho forçado, também poderia ter sido interpretado pelos autores a partir de uma perspectiva de como povos africanos civilizaram o território brasileiro e das Américas. A este respeito, Karl Offen (2018) destaca como africanos e afrodescendentes contribuíram de forma decisiva para a história ambiental da América Latina e do Caribe. Conforme o autor, o relacionamento que os povos africanos desenvolveram com os sistemas naturais aos quais foram forçadamente impostos foi baseado não apenas no desempenho de uma mão de obra que atendia aos projetos de colonização português ou espanhol. Esses sujeitos eram também portadores de sofisticados conhecimentos, habilidades e técnicas que compunham um conhecimento ambiental transplantado de África, dado que os escravizados puderam fazer associações de conhecimentos que eram empregados em um contexto climático e biogeográfico que, se não idêntico, era ao menos muito similar entre as regiões tropicais africanas e americanas. Para o autor, uma abordagem recente da história ambiental da América Latina e Caribe deve considerar, portanto, africanos e afrodescendentes como coprodutores dos lugares e paisagens que forjaram as Américas e como povos civilizadores do continente, uma vez que seus sistemas de crença, saberes e conhecimentos foram orientadores – em associação com o patrimônio de conhecimentos indígenas e portugueses – dos processos de produção da ecologia humana que se desenvolveu no continente a partir do violento relacionamento colonial.

Do ponto de vista das características desse gênero do discurso (Bakhtin, 1997), entende-se que no material didático, por se tratar de um material de apoio ao professor, as discussões não são tão aprofundadas. No entanto, ao se privilegiar determinados enquadramentos discursivos em detrimento de outros, podemos perceber relações dialógicas com grupos distintos. Do ponto de vista do “dialogismo” – termo bakhtiniano que designa um procedimento discursivo que reúne e reelabora as réplicas



Ula Cristina de Lima, Alexandre de Carvalho Castro, Maria Cristina Giorgi, Fabio Sampaio de Almeida, Patrício Pereira Alves de Sousa

de outro (Castro, Portugal e Jacó-Vilela, 2011) –, é possível perceber através dos discursos (escritos, falados, imagéticos, dentre outros) alinhamentos e oposições diante da multifacetada arena social.

Consequentemente, no caso do livro didático em análise neste trabalho, é possível, considerando o contexto social, político e econômico do Brasil, perceber pistas linguísticas e indícios dialógicos que evidenciam ou adesão ou afastamento em relação às temáticas problematizadas em torno da discussão, já apresentada, sobre Racismo Ambiental. A opção por uma discursividade meramente descritiva, assim com a ausência de discussões mais críticas sobre a dinâmica escravagista no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, situa o livro dentro de práticas discursivas que invisibilizam as disputas étnico-raciais e naturalizam posições sociais que, na dinâmica agrícola brasileira, perpassam a história ambiental.

Outro tema também relativo ao objetivo de análise proposto neste artigo é o que aparece no excerto 2: as grandes propriedades rurais. Essa discussão acerca da concentração fundiária aparece logo em seguida da “evolução agrícola”, o que, discursivamente, reforça a relação entre ambos os temas.

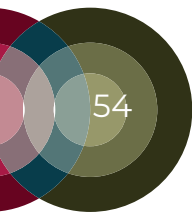
Excerto 2. Para viver juntos: p. 99

As grandes propriedades rurais

Boa parte das grandes propriedades rurais são consideradas **latifúndios improdutivos**, pois pouco ou nada produzem. Outras são muito produtivas, graças à aplicação de alta tecnologia e recursos financeiros que contribuem para aumentar a produção agrícola. Alguns grandes proprietários mantêm suas terras improdutivas por um longo período, visando à valorização para vendê-las. Outro motivo para os proprietários não as explorarem é o fato de que elas podem ser dadas em garantia para obtenção de empréstimos nos bancos. O maior número de latifúndios improdutivos encontra-se nas regiões Norte e Nordeste. Especialmente nessas áreas ocorrem numerosos conflitos envolvendo grandes proprietários e trabalhadores rurais sem-terra. Grandes proprietários chegam até mesmo a contratar pistoleiros para expulsar de suas terras trabalhadores e posseiros (agricultores sem título de propriedade).

Fonte: Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros, “Para viver juntos: Geografia, 7º ano: anos finais: Ensino fundamental”, 4ª edição (São Paulo: Edições SM, 2015) (Grifos nossos).

Percebemos no enunciado anterior à menção, ainda que de forma muito breve, a relação entre concentração fundiária e conflitos no campo. O signo linguístico “propriedade”, todavia, que aparece no título do tópico, serve como elemento discursivo que segmenta dois tipos de atores sociais e naturaliza essa polarização entre grandes proprietários e trabalhadores rurais adjetivados como “sem-terra”.



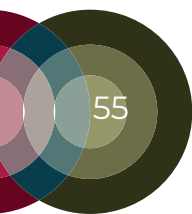
isto é, sem propriedade. No final do tópico, os “trabalhadores” são identificados similarmente aos “posseiros” (sem título de propriedade).

O ponto de destaque nessa questão é que historicamente se verifica que os posseiros são, na verdade, os grandes proprietários. Esses tais é que, em grande maioria, tomaram posse, inclusive, de terras públicas de forma irregular (Oliveira, 2011). O enunciado do livro, dessa maneira, tende a legitimar a propriedade dos grandes proprietários, não salientando as lutas quilombolas e indígenas por titulação e demarcação de terras, primeiramente apropriadas por eles, e menos ainda a importância da natureza como possibilidade material e imaterial de existência. Do mesmo modo, o livro didático, ao não trazer qualquer referência à “Lei de Terras” de 18 de setembro de 1850, que buscou legitimar a propriedade privada no Brasil como iniciativa de fazendeiros e latifundiários para impedir a propriedade de terras por negros ex-escravizados (Martins, 1990), descontextualiza os processos responsáveis pela desigual distribuição de terras no país.

Nota-se, ainda, logo no primeiro parágrafo, o enunciado acerca do que são consideradas terras muito produtivas: “outras [propriedades] são muito produtivas, graças à aplicação de alta tecnologia e recursos financeiros que contribuem para o aumento da produção agrícola” (Sampaio e Medeiros, 2015, p. 99). Tal afirmativa mantém aderência dialógica com o discurso que se constitui como sendo o da elite agrária. A inserção de alta tecnologia na agricultura brasileira associada aos elevados investimentos financeiros foram, e são, as bases do agronegócio no Brasil, modelo esse que privilegia a produção de monocultivos específicos para fins de exportação e lucro, como no caso da produção canavieira e da soja.

Sendo assim, ao destacar temas discursivos tais como a importância da “alta tecnologia” e dos “recursos financeiros” na agricultura brasileira, o livro didático se posiciona dialogicamente em um dos polos das tensões presentes na História Agrária do Brasil. Os enunciados de “Para Viver Juntos – Geografia” consideram como agricultura produtiva a produção do que gera lucro em detrimento de um modelo agrícola que abasteça com alimentos a população, preserve o patrimônio alimentar e vise preservar o meio ambiente.

O que se constata é que no ensino de Geografia, com base nos discursos analisados nesse livro didático, a produção do alimento é considerada pela ótica mercadológica, dentro de uma lógica neoliberal que atua no sentido de tentar transformar o alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro ou que detém o poder de controlar a oferta de alimentos via especulação (Oliveira, 2016).



Ula Cristina de Lima, Alexandre de Carvalho Castro, Maria Cristina Giorgi, Fabio Sampaio de Almeida, Patrício Pereira Alves de Sousa

O excerto 3 apresenta o texto que aborda a temática “Modernização da Agricultura”. É importante mais uma vez enfatizar, porém, antes de prosseguir com a análise do fragmento, que entendemos que os discursos são políticos e que seus sujeitos de reprodução não são neutros, ao contrário, têm alinhamentos que os situam no espectro social, a partir de uma posição específica, inseridos em um contexto determinado. Compreendemos assim que os sujeitos, ao se expressarem discursivamente, partem de um posicionamento e seus discursos dialogam com uma série de outras vozes ditas em diferentes lugares e tempos. Em outras palavras, todo enunciado, mesmo o de um livro didático, institui um EU que se dirige a um VOCÊ, ao mesmo tempo em que todo discurso dialoga com outro discurso (Giorgi e Deusdará, 2007).

Excerto 3. Para viver juntos: p. 100

A modernização da agricultura

Nos últimos quarenta anos, a agricultura brasileira passou por transformações significativas, principalmente com a mecanização e a aplicação da ciência na agropecuária, que aumentaram significativamente a produtividade.

A adoção da **Revolução Verde** no Brasil teve início com a implantação de políticas governamentais destinadas a viabilizar o financiamento e a promover assistência técnica para o produtor rural.

O desenvolvimento de sementes resistentes a doenças e pragas e o uso intensivo de agrotóxicos reduziram o risco de perda da safra, contribuindo para o aumento das taxas de lucro.

As consequências da modernização agrícola

A aplicação de técnicas, equipamentos e defensivos agrícolas da Revolução Verde no campo gerou uma série de transformações no espaço produtivo e nas relações de trabalho.

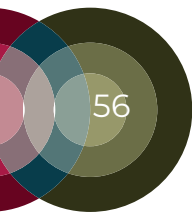
A utilização de tratores, colheitadeiras e outros equipamentos propiciou a expansão da produtividade agrícola e das áreas cultivadas. No entanto, gerou também desemprego e concentração fundiária.

Na pecuária, entre outras técnicas, houve o desenvolvimento genético de raças de animais com crescimento mais rápido e maior produção de carne com menos gordura.

Nas áreas que concentram produção de alimentos, desenvolvem-se com frequência estruturas produtivas que promovem a associação entre a atividade agrícola e os setores industrial, comercial e de serviços. Assim, em torno de muitas áreas onde a agricultura é praticada, observa-se a concentração de indústrias de equipamentos agrícolas, de fábricas de fertilizantes e agrotóxicos, além de estabelecimentos comerciais e de serviços que dão suporte à atividade agrícola.

O **processo de modernização** da agricultura não se implantou de forma igualitária em todo o Brasil nem foi aplicado a todos os produtos agrícolas cultivados. Por todo o país existem agricultores que não têm condições de adquirir máquinas e equipamentos que dinamizem a produção.

Fonte: Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros, “Para viver juntos: Geografia, 7º ano: anos finais: Ensino fundamental”, 4ª edição (São Paulo: Edições SM, 2015) (Grifos nossos).



Ula Cristina de Lima, Alexandre de Carvalho Castro, Maria Cristina Giorgi, Fabio Sampaio de Almeida, Patrício Pereira Alves de Sousa

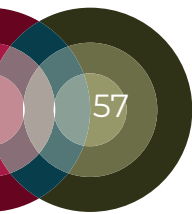
Neste fragmento, temos inicialmente uma breve abordagem da modernização da agricultura seguida de um texto acerca das consequências dessa modernização. O primeiro parágrafo indica que “a aplicação de técnicas, equipamentos e defensivos agrícolas da Revolução Verde no campo gerou uma série de transformações no espaço produtivo e nas relações de trabalho” (Sampaio e Medeiros, 2015, p. 100). Ao utilizar como signo linguístico a expressão “defensivos agrícolas” no lugar de “venenos” ou até mesmo “agrotóxicos”, esse livro didático reproduz a ideia de que tais insumos são bons ou positivos para a agricultura brasileira.

O uso do termo em destaque, entretanto, é bastante criticado em estudos (Bombardi, 2011; Lopes e Albuquerque, 2018) que envolvem a polêmica dos agrotóxicos, justamente por incutir a ideia de sua necessidade. Sob a ótica implicada no conceito de racismo ambiental, comunidades quilombolas, indígenas e pequenos produtores reconhecem os tais “defensivos” agrícolas como venenos agrícolas, tendo em vista os prejuízos que eles causam à natureza e a saúde humana⁵. Assim, a ideia de “defensivos” possibilita uma construção discursiva positiva em relação ao uso desses venenos agrícolas, o que atende não ao meio ambiente, mas ao interesse de poderosos grupos econômicos.

O trecho que segue o excerto 3, no livro didático, em um primeiro momento, chamou-nos a atenção, visto que tratava da Agricultura Familiar e que poderia estabelecer uma oposição aos grandes latifundiários, qualificando os pequenos proprietários e seus modo de produção menos impactantes ao ambiente. Contudo, tal hipótese não se concretiza, uma vez que a diferença apresentada se limita ao porte da agricultura desenvolvida e ao maior ou menor nível técnico.

Além disso, o fato de em seguida o livro exibir um quadro intitulado “A agrofloresta”, explicando-a como “um sistema agrícola que reúne técnicas tradicionais de plantio com conhecimento científico sobre agricultura, cujo resultado é uma verdadeira floresta de alimentos e matérias-primas diversas que geram renda e soberania alimentar a seus produtores [...] e menor impacto, já que a plantação pode ser feita sem desmatamento, além de servirem para recuperar áreas já degradadas” (Sampaio e Medeiros, 2015, p. 100), retoma a agricultura realizada com maior nível técnico (compreendendo o técnico como maquinários, insumos e o conhecimento desenvolvido num contexto moderno ocidental) como solução para o desenvolvimento do país.

⁵ Um exemplo de racismo ambiental associado aos agrotóxicos pode ser visto no episódio ocorrido, em setembro de 2017, com a comunidade quilombola Paiol de Telha localizada no Paraná, região sul do Brasil. Os quilombolas denunciaram o descarte incorreto de embalagens de agrotóxicos na região em que está localizado o Quilombo, argumentando, inclusive, que estavam impossibilitados de utilizar a água para beber e irrigar a plantação, pois muitas pessoas da comunidade apresentaram problemas de saúde. Como se sabe, agrotóxicos contaminam não somente uma propriedade específica, mas infiltram-se no solo atingindo os lençóis freáticos. Para notícia completa acessar: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/tecnicos-visitam-comunidade-quilombola-contaminada-por-agrotoxicos/22604>.



Ula Cristina de Lima, Alexandre de Carvalho Castro, Maria Cristina Giorgi, Fabio Sampaio de Almeida, Patrício Pereira Alves de Sousa

Desse modo, os enunciados da obra, tendo como base a Análise do Discurso, evidenciam o modo como a linguagem intervém na realidade – principalmente tendo em vista o lugar do livro didático na esfera educacional brasileira, em termos quantitativos e qualitativos – não podendo ser entendida como mera representação.

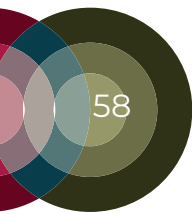
A linguagem, portanto, constrói realidades e a escolha dos termos em uma produção discursiva não é aleatória, ao contrário, articula posicionamentos e constrói regimes de verdade, sendo o livro didático um importante aparato discursivo, visto que é utilizado por milhares de alunos e professores. O livro didático é como um instrumento de poder que, como vimos, vem atuando no controle de saberes valorizados por meio da inserção de discursos que favorecem práticas restritas aos latifundiários e, ao mesmo tempo, da exclusão de discursos que podem ser considerados ameaçadores a essa mesma classe (Foucault, 1995).

A escolha de um livro didático como fonte primária poderia ensejar, inclusive, a análise discursiva de mais trechos e excertos devido à complexidade do tema. Dadas as características de um artigo como este, com limitações de extensão, acreditamos, no entanto, que os excertos analisados já são suficientes para indicar importantes elementos do ensino da história ambiental brasileira. Nesse sentido, a tabela permite sistematizar as constatações principais.

Tabela. Evidências discursivas de racismo ambiental no livro didático analisado

Excerto 1	Excerto 2	Excerto 3
Evolução da agricultura no Brasil	As grandes propriedades rurais	A modernização da agricultura e as consequências da modernização agrícola
Não há menção dos indígenas em regiões colonizadas pelos portugueses, dado que indica apagamento discursivo de elementos que constituem a história ambiental do Brasil. A própria ideia de uma “evolução” indica um suposto progresso em relação ao que era primitivo – em direção a uma hipotética melhora posterior. A opção por uma discursividade descritiva e acrítica, ao citar a produção de café por “mão de obra escrava”, naturaliza a escravização e, consequentemente, as implicações do racismo ambiental.	Há afirmativas que mantêm aderência dialógica com o lugar de fala que se constitui como sendo o da elite agrária. O termo “propriedade”, no título do tópico, serve como elemento discursivo que segmenta dois tipos básicos de atores sociais e naturaliza essa polarização entre grandes proprietários e trabalhadores rurais adjetivados como “sem-terra”. O enunciado tende a legitimar a propriedade dos grandes proprietários, não salientando lutas quilombolas e indígenas por titulação e demarcação de suas terras.	Ao utilizar expressões tais como “defensivos agrícolas” no lugar de “venenos” ou até mesmo “agrotóxicos”, o livro didático reproduz a ideia de que tais insumos são bons ou positivos para a agricultura brasileira. Sob a ótica implicada no conceito de racismo ambiental, porém, comunidades quilombolas e indígenas consideram e reconhecem os “defensivos” como venenos agrícolas, tendo em vista os prejuízos que eles causam à natureza e a saúde dos que lidam com eles.

Fonte: elaboração própria.



Os resultados da análise discursiva revelam, portanto, um alinhamento significativo do livro didático com discursos hegemônicos, ao passo que apagam ou minimizam as vozes de resistência representadas pelos grupos quilombolas e indígenas. Essas escolhas discursivas reforçam uma visão tradicional da relação entre sociedade e meio ambiente, deixando lacunas importantes no debate sobre racismo ambiental. Diante dessas constatações, na próxima seção apresentamos as considerações finais, apontando possíveis caminhos para ressignificar o papel do ensino de Geografia na construção de um pensamento crítico e inclusivo sobre a história ambiental brasileira.

CONCLUSÃO

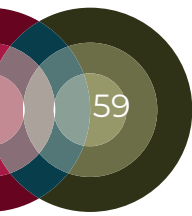
Este artigo teve o objetivo de analisar como a história ambiental brasileira, constituída por tensões entre grupos diversos e sua relação com a natureza, é veiculada no ensino de Geografia no Brasil. Para tal, foi selecionado um livro didático aprovado pelo PNLD para o 7º ano do Ensino Fundamental, integrante da coleção intitulada “Para Viver Juntos – Geografia”.

Com base no conceito de racismo ambiental, contextualizamos a atividade agrícola brasileira na atualidade e iluminamos a relevância do livro didático de Geografia como objeto de análise empírica no que tange ao entendimento das discussões sobre história ambiental. Após explicitarmos nossas opções teórico-metodológicas e o recorte da análise do livro didático e posicionarmos nossa proposta de análise discursiva bakhtiniana, discutimos os sentidos construídos em seus enunciados.

Como visto, embora o termo racismo ambiental venha sendo eventualmente substituído pela ideia mais ampla de uma “injustiça ambiental”, este estudo optou por utilizar a designação “racismo” por entendermos tanto a importância do conceito, como também pela sua relevância para a realidade brasileira, já que, historicamente, o Brasil foi um dos países que mais recebeu negros africanos escravizados (Nascimento, 2002).

Além disso, a pobreza da maior parcela do povo brasileiro está diretamente relacionada à questão racial, tendo em vista que o Brasil foi um dos últimos países no mundo a abolir a escravidão, não tendo desenvolvido políticas públicas adequadas de inserção dessa população de ex-escravizados na sociedade⁶. E a situação dos grupos indígenas descendentes dos povos originários talvez seja ainda pior.

⁶ Conforme Abdias Nascimento (2002), os negros foram largados à própria sorte. O estado brasileiro não se preocupou em desenvolver políticas públicas de inserção dos recém-libertos na sociedade. Ao contrário, considerando que os negros sequer serviam para receber salários, investiu na imigração de futura mão de obra assalariada branca.



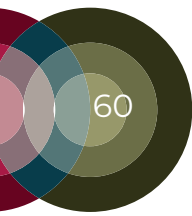
Nossas análises nos permitiram identificar, no contexto do embate entre a lógica colonial mantida pelo agronegócio e a resistência ao racismo ambiental protagonizada por quilombolas e indígenas, um alinhamento do livro didático ao discurso hegemônico. Há um apagamento entre a tensão contínua e polêmica entre esses grupos sociais, constitutiva da história ambiental do Brasil, uma vez que esta não se materializa no livro didático como se não houvesse formas de resistência. Ao contrário, no atual contexto, são os indígenas e quilombolas aqueles que, nos discursos que circulam na sociedade brasileira, parecem atrapalhar o desenvolvimento do país, pensado como resultado apenas do desempenho do agronegócio.

Frente às limitações apontadas na análise, há uma necessidade urgente de ressignificar o ensino de Geografia de modo a integrar de forma mais profunda e crítica as questões relacionadas à história ambiental e ao racismo ambiental. Uma das possibilidades de avanço é trazer para o centro do debate educacional as vivências e resistências dos povos quilombolas e indígenas, reconhecendo suas formas de interação com o meio ambiente como saberes legítimos e fundamentais. Nesse processo não se trata apenas de adicionar informações, mas de promover uma verdadeira transformação na maneira como esses grupos são representados, indo além da visão dominante que privilegia a exploração da natureza sob a lógica capitalista. Resgatar essas histórias e narrativas contribuiria para um ensino que não apenas descreve, mas também problematiza a relação entre sociedade e ambiente.

Além disso, é essencial que os materiais didáticos, incluindo os livros de Geografia, dialoguem mais abertamente com as políticas educacionais que já incentivam a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena. Incorporar discussões sobre racismo ambiental, injustiças históricas e as formas de resistência atuais pode potencializar a formação de um pensamento crítico nos estudantes, desafiando-os a refletirem sobre os impactos sociais e ecológicos de nossos modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, a ressignificação não está apenas na revisão dos conteúdos, mas também no estímulo a uma postura educacional que valorize o debate e a reflexão, fortalecendo o papel da educação como agente transformador na busca por uma sociedade mais justa e ambientalmente mais equilibrada.

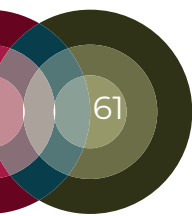
REFERÊNCIAS

- Acselrad, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 13-35.
- Arruda, R. (1999). "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & sociedade*, p. 79-92. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.



Ula Cristina de Lima, Alexandre de Carvalho Castro, Maria Cristina
Giorgi, Fabio Sampaio de Almeida, Patrício Pereira Alves de Sousa

- Bellmont, Y. S. (2012). *El concepto de justicia ambiental: reflexiones en torno a la jurisprudencia constitucional colombiana del siglo XXI* (Tesis de Doctorado), Universidad Nacional de Colombia.
- BOMBARDI, L. M. (2011). Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim Data Luta*, 45, p. 1-21. <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52915>
- Bullard, R. D. (Ed.). (1993). *Confronting environmental racism: Voices from the grassroots*. South End Press. Boston: South and Press.
- Carvalho, I. B. D., & Castro, A. D. C. (2017). Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade. *Educação & Sociedade*, 38, p. 133-151. <https://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017156888>.
- Castro, A. D. C., Portugal, F. T., & Jacó-Vilela, A. M. (2011). Proposição bakhtiniana para análise da produção em psicologia. *Psicologia em Estudo*, 16, p. 91-99. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000100011>.
- Domingos, L. T. (2011). A visão africana em relação à natureza. Anais do III encontro nacional do GT história das religiões e das religiosidades – Anpuh-Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. III, (9).
- Foucault, M. (1995). Sujeito e Poder. Em Dreyfus, H. L., Rabinow, P., & Carrero, V. P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Galeano, E. (2004). *Las venas abiertas de América Latina*. Siglo XXI.
- Giorgi, M. C., Daher, D. C, Vargens, D. P. M., Melo, F. C. (2018) In times of neocolonialism: School without party or School departed?. *Education policy analysis archives*, 26 (90), p. 1-21. <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3512>.
- Giorgi, M. C., Deusdará, P. (2007). Alianças e Antagonismos: formas da alteridade no manual de concurso para professores e no folheto de propaganda política. Em Sant'Anna, DEUSDARÁ, B. *Trajetórias em enunciação e discurso: conceitos e práticas*. São Carlos: Claraluz.
- Costa, S. G. (2012). *A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional* (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo, 2012.
- Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, 3(1), p. 1-20. <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>.
- Little, P. (2003). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico*, 28(1), p. 251-290. <http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>
- Lopes, C. V. A., & Albuquerque, G. S. C. D. (2018). Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. *Saúde em debate*, 42(117), p. 518-534. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bGBYRZvVVKMrV4yzqfwwKtP/?format=pdf&lang=pt>
- Martins, J. D. S. (1990). *O cativo da terra* (1986). São Paulo: Hucitec.
- Munanga, K. (2009). *Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos*. Autêntica Editora.



Ula Cristina de Lima, Alexandre de Carvalho Castro, Maria Cristina Giorgi, Fabio Sampaio de Almeida, Patrício Pereira Alves de Sousa

- Nascimento, A. (2002). *O quilombismo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Offen, K. (2018). Meio Ambiente, espaço e lugar. Em ANDREWS, G. R.; DE LA FUENTE, A. *Estudos afro-latino-americanos: Uma Introdução*. 2018. Buenos Aires: Clacso.
- Oliveira, A. U. D. (2007). *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2.
- Oliveira, A. U. D. (2011). Agricultura brasileira: transformações recentes. Em Ross, J. L. R. *Geografia do Brasil*. (p. 465-523) São Paulo: EdUSP.
- Oliveira, A. U. D. (2016). *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: lande Editora.
- Oliveira, J. P. D., & Almeida, A. W. B. D. (1998). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Pacheco, T. (2007). Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. *Development in Practice*, 18(6), p. 713-725.
- Porto, M. F., Pacheco, T., & Leroy, J. P. (2013). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos*. Editora Fiocruz.
- Porto-Gonçalves, C. W., & Alentejano, P. (2010). Geografía agraria de la crisis de los alimentos en Brasil. Carlos Walter Porto-Gonçalves. (Org.). *Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina*. Maracaibo: Ediciones IVIC, 2009, v. 1, p. 203-224
- Ribeiro, R. M. (2016). Territórios em disputa no parlamento: atuação da bancada ruralista e do núcleo agrário do partido dos trabalhadores. *Questão Agrária e Conflitos Territoriais*, p. 123-154.
- Sampaio, F. S., Medeiros, M. C. (2015). *Para viver juntos: Geografia, 7º ano: anos finais: Ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM.
- Santos, M. (2008). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EdUSP.
- Schmitt, A., Turatti, M. C. M., & Carvalho, M. C. P. D. (2002). A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, p. 129-136. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bGBYZvVVKMrV4yzqfwwKtP/?lang=pt>
- Silva, L. H. P. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES*, (17).
- United Church of Christ Commission for Racial Justice (1987). *Toxic Wastes and Race in the United States: A National Report on the Racial and Socio-Economic Characteristics of Communities with Hazardous Waste Sites*. New York: United Church of Christ. <https://www.nrc.gov/docs/ML1310/ML13109A339.pdf>
- Worster, D. (1991). Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, 4(8), p. 198-215.